

**EDUCAÇÃO MENOR E OFICINA DE CONCEITOS: O ENSINO DE  
FILOSOFIA COMO RESISTÊNCIA ÀS “SOCIEDADES DE  
CONTROLE”**

**MINOR EDUCATION AND WORKSHOP OF CONCEPTS: THE  
PHILOSOPHY TEACHING AS RESISTANCE TO THE "SOCIETIES  
OF CONTROL"**

*Emilson Silva Lopes<sup>1</sup>*  
*Evanildo Costeski<sup>2</sup>*

Recebido em: 05/2018  
Aprovado em: 07/2018

**Resumo:** Este artigo pretende analisar o ensino da filosofia como um empreendimento de educação menor. A noção de educação menor é uma apropriação que Sílvio Gallo fez do conceito de literatura menor que aparece no livro sobre Kafka escrito por Deleuze e Guattari. Uma educação menor seria uma forma de resistência contra os principais modelos educacionais representados por leis e instituições do Estado e seu aparato ideológico. O ensino da filosofia como educação menor constitui uma alternativa ao modelo educacional como dispositivo disciplinar e de controle do Estado sobre os indivíduos. Se a educação maior é um maquinário que produz indivíduos em série, sem rosto, a função de uma educação menor é obstruir o funcionamento do aparelho, resistir ao seu modo operacional e possibilitar um ambiente de aprendizagem que crie novas possibilidades de aprendizagem e de existência. Através desta abordagem, as aulas de filosofia assumirão a concepção de filosofia de Deleuze e Guattari como criação de conceitos em oposição ao ensino enciclopédico. Os alunos terão acesso à experiência do pensamento filosófico e crítico, e juntamente com seus professores serão capazes de questionar e problematizar a realidade e o estado de coisas dado, dando-lhes assim novo significado e criando o novo, resistindo dessa forma aos modelos de dominação das “sociedades de controle”.

**Palavras-chave:** Educação menor. Ensino de filosofia. Oficina de conceitos. Sociedades de controle.

**Abstract:** This paper aims to analyze the Philosophy teaching as an enterprise of a minor education. The notion of minor education refers to a Sílvio Gallo's appropriation of the concept of minor literature which appears in the book about Kafka written by Deleuze and Guattari. A minor education would be some kind of a resistance against the major education models represented by law regulations and State institutions and its ideological apparatus. The Philosophy teaching as a minor education serves as an alternative to the educational model as an instrument of State disciplinary and control dispositive on individuals. If the major education is machinery which produces serial individuals, without a face, the function of a minor education is to obstruct the machinery functioning, to resist its operational standard and to provide a learning environment that creates new learning and existence possibilities. Thorough this approach Philosophy lessons will assume the

---

<sup>1</sup>Professor de filosofia vinculado a Secretária de Educação do Estado do Ceará (SEDUC-CE) e mestrando pelo Mestrado Profissional em Filosofia (PROF-FILO) na Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: [emilson.lopez@hotmail.com](mailto:emilson.lopez@hotmail.com)

<sup>2</sup> Doutor em Filosofia. Professor do Programa de Pós-graduação em Filosofia e do Mestrado Profissional em Filosofia da Universidade Federal do Ceará. Email: [evanildoc@uol.com.br](mailto:evanildoc@uol.com.br).

Deleuze and Guattari's conception of Philosophy as a concepts creator in opposition to the encyclopedic teaching method. The students will have access to the philosophical critical thinking experience, and along with their teachers they will be able to questioning and problematizing reality and the state of affairs, giving them a new meaning and create the new, resisting the domination models of the "control societies".

**Keywords:** Minor education. Philosophy teaching. Workshop of concepts. Resistance. Control societies.

Nas obras *Metodologia do ensino de filosofia e Deleuze & a Educação*, Sílvio Gallo propõe o ensino de filosofia como uma "educação menor". Este conceito de educação menor é uma apropriação que Gallo faz do conceito de "literatura menor", elaborado por Deleuze e Guattari para discutir sobre a literatura de Kafka como um tipo de resistência minoritária na literatura, em publicação de 1975<sup>3</sup>. Uma educação menor seria, para Gallo, um tipo de resistência aos modelos de uma educação maior e aos poderes estabelecidos na macropolítica que definem as políticas pedagógicas de formação profissional, do ensino e dos currículos, apresentadas na forma de dispositivos legais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – Lei nº 9394/96), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e demais documentos produzidos acerca do ensino de modo geral e do ensino de filosofia em particular que reproduzem as hierarquias e relações de poder das chamadas "sociedades de controle"<sup>4</sup>.

Sílvio Gallo propõe nestes textos que o ensino de filosofia não pode ser pensado apenas como um tipo especial de pedagogia que segue as mesmas orientações gerais para transmissão de conteúdos que outras disciplinas escolares. Este modelo de um ensino enciclopédico seria a reprodução do já pensado e constituiria reafirmação das macropolíticas ou da educação maior, sendo assim uma forma de assujeitamento. Ao invés disso, seria preciso fazer do ensino da filosofia parte de uma educação menor, uma tentativa de pensar fora da curva, uma atividade que fosse criação conceitual, como pensado por Deleuze e Guattari que afirmam que "A filosofia, mais rigorosamente, é a disciplina que consiste em criar conceitos" (DELEUZE; GUATARRI, 1992, p. 11).

Na obra *Ensinar Filosofia: um livro para professores* (2009), Sílvio Gallo e Renata

---

3 Em *Kafka*: para uma literatura menor (1975), Deleuze e Guattari discutem sobre a literatura de Kafka como um tipo de literatura que subverte a literatura maior dos grandes escritores e se constitui em um tipo de literatura marginal como linha de fuga ou expressão de resistência. Sílvio Gallo transpõe essa ideia para a educação, pensando práticas de educação que escapam ou resistem às investidas institucionais e aos dispositivos da sociedade de controle e se constituem como práticas de liberdade e emancipação.

4 No texto *Post-Scriptum sobre as sociedades de controle* publicado em *Conversações* (1990), Deleuze diz que as sociedades de controle estão substituindo as sociedades disciplinares ao instaurar novas formas de controles contínuos em vez das antigas disciplinas de lugares fechados, o que inclui, por sua vez, inclui o "regime das escolas" e a introdução da "empresa" em todos os níveis de escolaridade.

Aspis propõem, ainda, que as aulas de filosofia sejam espaços de criação de “sub-versões”, ou seja, a atividade filosófica de criação conceitual surgiria como produção de versões da realidade na qual estamos inseridos, em vez de apenas aceitação passiva de discursos já prontos, de verdades já definidas e acabadas sobre a realidade e seus problemas. Para Gallo, ensinar filosofia como criação de conceitos é possibilitar a experiência do pensamento a partir de temas que se nos apresentam como “problemáticos” ou mal colocados. Ensinar filosofia aos jovens nesta perspectiva funcionaria da seguinte forma

A partir das suas questões, dos problemas da vida hoje, apresentar filosofias criadas na história, ensinar os jovens a lerem os textos dos filósofos, ensinar a reconhecerem como se compõem os discursos, como a filosofia opera uma síntese da cultura em cada época de forma conceitual criando saídas para os problemas dos homens. Encorajá-los a ensaiar esses discursos, que tentem, eles também, criar composições filosóficas, usando conceitos filosóficos, em resposta a seus problemas, o que vale dizer, ensaiar a criação filosófica. (ASPIS; GALLO, 2009, p. 15).

Para elaborar melhor o conceito de educação menor, Gallo desloca para o campo da educação as características da literatura menor, elaboradas por Deleuze e Guatarri no livro sobre Kafka, são elas: desterritorialização da língua, ramificação política e valor coletivo. A desterritorialização, para Gallo, seria feita, nos processos educativos, na forma de um questionamento sobre “As políticas, os parâmetros, as diretrizes da educação maior [que] estão sempre a nos dizer o que ensinar, como ensinar, para quem ensinar, porque ensinar” (GALLO, 2003, p. 65). Para o autor, se a educação maior é uma máquina de produzir indivíduos em série, sem rosto, a função de uma educação menor seria impedir o funcionamento da máquina, resistir ao seu “modus operandi” e possibilitar uma aprendizagem que crie novas possibilidades de aprender e existir.

A ramificação política estaria na ação do professor se entender como “militante” e não como “profeta”. Em outras palavras, estaria nas ações cotidianas dos professores de resistir aos modelos macropolíticos da educação maior, construindo múltiplas possibilidades de conhecimento e de sociabilidade no presente, em vez de apenas anunciar o porvir e alguma verdade última a ser conhecida ou alcançada. Neste sentido, Gallo afirma que

A educação menor é rizomática, segmentada, fragmentária, não está preocupada com a construção de nenhuma falsa totalidade. Não interessa à educação menor criar modelos, propor caminhos, impor soluções. Não se trata de buscar a complexidade de uma suposta unidade perdida. Não se trata de buscar a integração dos saberes. Importa fazer rizoma. Viabilizar conexões;

conexões sempre novas. Fazer rizoma com os alunos, viabilizar rizomas entre os alunos, fazer rizomas com projetos de outros professores. Manter os projetos abertos: “um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, intermezzzo” (GALLO, 2003, p. 68).

A terceira característica, o valor coletivo na educação, se encontraria na ideia de que “Na educação menor, não há possibilidade de atos solitários, isolados; toda ação implicará muitos indivíduos. Toda singularização será, ao mesmo tempo, singularização coletiva” (GALLO, 2003, p. 68). A educação menor é exercício de produção de multiplicidades, de diferença, e essas relações rizomáticas que acontecem no nível micropolítico, frutos das ações cotidianas e militantes dos professores em sala de aula podem ter reverberações no nível macropolítico. Neste sentido, deslocamos esta ponderação para pensar que no momento atual projetos político educacionais como a Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017), os vários projetos em tramitação sob alcunha de “Escola sem partido”, o combate as chamadas “ideologias de gênero” nos Planos de Educação Federal, Estaduais e Municipais representam também um modelo de educação maior que precisa e deve ser combatido nas instâncias macropolíticas, e também nas micropolíticas. Daí a importância de se pensar a educação e o ensino de filosofia no sentido de uma educação menor que resista às intenções de controle deste modelo da educação maior e seus projetos. É urgente orientar o ensino de filosofia na busca de uma formação que contribua para a criticidade, criatividade e a autonomia do pensamento. Argumentamos de acordo com Gallo que

Uma educação menor é um ato de revolta e de resistência. Revolta contra fluxos instituídos, resistência às políticas impostas; sala de aula como trincheira, como a toca do rato, o buraco do cão. Sala de aula como espaço a partir do qual traçamos nossas estratégias, estabelecemos nossa militância, produzindo um presente e um futuro aquém ou para além de qualquer política educacional. Uma educação menor é um ato de singularização e de militância (GALLO, 2003, p. 64).

A educação menor é, por fim, de acordo com Gallo, “fruto da ação militante de professores em sala de aula, agindo em surdina, sem grandes alardes, mas muitas vezes produzindo algo nem mesmo suspeitado pelas ‘grandes políticas’, apesar delas e para além delas” (GALLO, 2012, p. 26). O ensino de filosofia, alinhado a uma educação menor, constituiria alternativa ao modelo de educação como dispositivo disciplinar e de controle do Estado e suas instituições, que por vezes tentaram (e ainda tentam) minar as possibilidades do próprio ensino de filosofia na escola. Não podemos esquecer, por exemplo, que atualmente os

processos de definição da nova Base Nacional Curricular Comum (BNCC) colocaram em cheque, mais uma vez, a situação da Filosofia enquanto disciplina curricular e sua obrigatoriedade durante os três anos do ensino médio.

A partir do viés histórico, podemos afirmar ainda que desde a Antiguidade Clássica, o ensino da filosofia tem sido alvo dos poderes estabelecidos, exemplo disso é a condenação de Sócrates por corrupção da juventude ateniense, momento emblemático de questionamento da filosofia pelo status quo, e de demonstração de sua combatividade e autonomia diante da política institucional. Kohan (2009) afirma, a partir deste episódio, que desde então “Entre a filosofia e a política instituída só há oposição e Sócrates rechaça toda e qualquer intromissão que pretenda ditar alguma lei no pensamento filosófico” (KOHAN, 2009, p. 71). Porém, se a princípio, com Sócrates, a filosofia era arredia aos poderes instituídos, na atualidade o ensino de filosofia acabou sendo institucionalizado e passou a compor, em parte, os aparelhos ideológicos do Estado, no entanto, nunca cooptada por inteiro. Assim a relação do ensino de filosofia com as instituições permanece problemática e demanda uma postura dos professores-filósofos, uma decisão epistemológica e política que, de acordo com Alejandro Cerletti, os coloca diante de limites educativos institucionais e da escolha entre reproduzir saberes estabelecidos ou abrir espaço para o pensamento, pois

As próprias características das escolas (enquanto localizações do Estado submetidas a uma estrutura de controle) fazem com que os professores tenham que cumprir, simultaneamente, a dupla tarefa de mestres e de funcionários do Estado. Por um lado, abrem ao mundo do saber e, por outro, abonam saberes, tentam despertar a paixão por conhecer e, ao mesmo tempo, certificam certos conhecimentos adquiridos pelos alunos. A filosofia, desde sua origem, situou-se incomodamente nesse lugar (CERLETTI, 2009, p. 39).

No caso específico do Brasil na atualidade, esta relação entre o ensino de filosofia e a instituição ficou marcada pela incumbência, reavivada pelos textos legais, de proporcionar uma leitura crítica da realidade e garantir a formação para a cidadania. Entretanto, pode-se questionar: que cidadania o ensino de filosofia deveria garantir neste contexto? A cidadania descrita nas leis? Da desigualdade social concreta? Dos governos ilegítimos? Das reformas impopulares e efetivadas sem diálogo amplo com a sociedade? Da educação censurada em seus conteúdos, disciplinas e constantemente vigiada por agentes políticos? Além disso, historicamente o ensino de filosofia na educação básica brasileira é alvo de debates que colocam sua relevância e permanência nos currículos em cheque com certa frequência. Debate que foi recentemente reavivado de forma intensa pela Medida Provisória n. 746/2016 que definiu a

chamada Reforma do Ensino Médio, que a princípio excluía a filosofia, a sociologia, a educação física e as artes como disciplinas obrigatórias dos currículos do Ensino Médio brasileiro e as discussões sobre a nova Base Curricular Nacional Comum que pretende definir um conjunto determinado de temas que devem ou não ser trabalhados por professores em salas de aula de todo país.

Neste contexto, questionamos a utilidade do ensino de filosofia nestes moldes e em uma sociedade capitalista que define o ensino de filosofia como necessário para a formação dos cidadãos, ao mesmo tempo que acaba por torná-lo mais uma vez um mecanismo de poder e controle. Cerletti (2009), por exemplo, alerta que a associação entre transmissão e aquisição de conhecimento e promoção da liberdade do indivíduo expressa nos objetivos básicos de nossas escolas ainda hoje “atualiza permanentemente a tensão entre ‘educar’ para exercer a soberania (forjar sujeitos livres) e exaltar a necessidade da obediência (promover indivíduos governáveis)” (CERLETTI, 2009, pp. 69-70), e Gallo, por sua vez, afirma que o interesse na educação como promotora da cidadania tem relação com a ideia de que “os excluídos da cidadania estão também excluídos das formas democráticas de controle (por mais paradoxal que possa parecer)” (GALLO, 2012, p.31).

A pergunta que surge então é, como realizar esse projeto de uma educação menor em sala de aula e na aula de filosofia em específico? Sílvio Gallo propõe, a partir da perspectiva deleuzo-guattariana da filosofia como criação conceitual, que a aula de filosofia pode funcionar como uma Oficina de Conceitos, um espaço de experiência do pensamento que funcionaria de modo tal que “teremos na sala de aula a filosofia como uma atividade, como um processo, não como um produto, conceitos a serem criados, recriados, retomados, renovados, em lugar de conceitos sempre-já presentes a serem decorados para a próxima prova” (GALLO, 2012, p. 57).

Sílvio Gallo sugere quatro momentos didáticos que fariam da aula de filosofia uma espécie de “laboratório do pensamento”, em vez de uma “sala de museu”. Ressalta-se que esta estratégia não é um método hermético para se organizar a aula de filosofia, mas é apresentada como sugestão a ser (re)elaborada a partir da realidade das condições de trabalho, intencionalidade e necessidades dos próprios professores de filosofia em sua prática docente. Os momentos didáticos são: 1) sensibilização - “[...] fazer com que os estudantes vivam, ‘sintam na pele’, um problema filosófico, a partir de um elemento não filosófico” (GALLO, 2012 p.96); 2) problematização - “promover discussões em torno do tema em pauta, propondo situações em que ele possa ser visto por diferentes ângulos e problematizado em seus diversos aspectos” (GALLO, 2012, p.97); 3) investigação - “Nessa etapa da investigação, revisitamos a

história da filosofia. Ela não é tomada como centro do currículo, mas como um recurso necessário para pensar o nosso próprio tempo, nossos próprios problemas” (GALLO, 2012, p. 97); e 4) conceituação - “Trata-se de recriar os conceitos encontrados de modo que equacionem nosso problema, ou mesmo de criar novos conceitos” (GALLO, 2012, 97).

Contudo, se a ideia de uma criação conceitual gera muitas polêmicas e confusões, sobretudo quando envolve estudantes de nível médio, Sílvia Gallo ressalta que

Aprendemos com Nietzsche e com Deleuze e Guatarri que há parentescos entre os conceitos, e que o mero deslocamento de um conceito do contexto em que foi criado para um outro contexto – o nosso próprio – é uma recriação do conceito, pois ele já não é mais o mesmo. (...) Que fique claro então que a criação (ou recriação) do conceito não é uma tarefa impossível: não se cria no vazio, com base em nada; são os próprios conceitos da história da filosofia ou seus elementos constitutivos que nos darão a matéria-prima para nossa atividade de criação ou recriação a partir de nosso próprio problema (GALLO, 2012, p. 98).

Portanto, entendemos que um ensino de filosofia nestes moldes possibilitaria uma experiência do pensamento singular, na qual professores e estudantes juntos e cada um fosse capaz de questionar e problematizar a realidade e o estado de coisas dado a fim de resignificá-lo e criar o novo. Atenta-se aqui para a concepção de Antônio Negri destacada por Sílvia Gallo de que o professor hoje deve ser uma espécie de militante em oposição ao modelo do professor ou intelectual profeta. Quer dizer, cabe ao professor a tarefa de compartilhar da miséria em que vivem seus alunos, compreender em que realidade estão inseridos para junto com eles fazer uma imersão nos problemas que possam mobilizar sua reflexão filosófica. Logo, o professor militante tem a função de criar no presente, e junto com seus estudantes, possibilidades de um futuro melhor. Renata Aspis e Sílvia Gallo comentam que

Tal ação educativa dentro da escola seria ela também uma subversão da versão maior praticada nas escolas. Uma ação de instigar nos jovens, de forma rigorosa, a partir do pensamento filosófico, o desejo de criar. Semear desejos de sub-versões seria uma fonte geradora de diferenças, cada um buscando ser ele mesmo, contra as obediências em massa. [...] Repetir o mesmo não é a única saída, para eles e para nós (ASPIS; GALLO, 2009, p. 15).

Filosofar e ensinar filosofia seria, portanto, o ato de possibilitar a experiência do pensamento a fim de que os estudantes possam criar suas próprias versões do mundo, suas sub-versões e não apenas submeter-se ao que já está dado, ou seja, possam subverter o estado de coisas dado e a partir de uma leitura crítica e analítica do presente, possam vislumbrar e

construir outras narrativas e modos de vida, não controladas ou assujeitadas pela macropolítica, ou pelos poderes hegemônicos das sociedades de controle capitalista.

### **Considerações Finais**

A partir do exposto, reafirmamos, com Gallo, que se o ensino de filosofia institucionalizado pode ser utilizado como dispositivo de controle social, a proposta de tornar a aula de filosofia no ensino médio uma oficina de conceitos pode se constituir em uma alternativa de resistência aos modelos pedagógicos e aos projetos políticos vigentes que consideram a filosofia como mais um dispositivo de disciplina, controle e reprodução do mesmo. Tal metodologia de inspiração deleuzo-guattariana propõe, portanto, subverter a estratégia da educação maior por uma educação menor, “Fazer a educação menor como máquina de guerra, não como aparelho de Estado” (GALLO, 2003, p. 68) e nesse sentido o modelo da oficina de conceitos pretende proporcionar um ensino de filosofia ativo, colaborativo e criativo na medida em que resiste aos modelos pedagógicos de assujeitamento e ao ensino reprodutivista. Importante ressaltar que permitir que o estudante seja sujeito ‘ativista’ de seu processo de aprendizagem, não significa prescindir do professor como orientador de tal processo, nem dos conteúdos especificamente filosóficos, afinal é através do recurso a própria história da filosofia e dos conceitos já criados por outros pensadores que temos a matéria-prima de nossa própria experiência filosófica. E cabe ao professor selecionar, organizar e apresentar este conhecimento aos seus estudantes.

Sobretudo, a proposta é também militante, pois está em oposição às políticas de controle das sociedades contemporâneas que agem através de normalizações e do assujeitamento das subjetividades dentro e fora do espaço escolar, individualmente e coletivamente. Neste sentido, ensinar filosofia, na perspectiva de uma educação menor, não comporta a neutralidade diante dos problemas éticos, políticos e sociais de nosso tempo, tais como a desigualdade, as violências, questões de gênero, raça, etnia, sexualidade, a corrupção e as lutas por direitos. Estes problemas atravessam nosso cotidiano e nossos corpos individuais ou coletivos, mobilizam os poderes vigentes e desencadeiam estratégias de controle macropolíticos e biopolíticos aos quais devemos enfrentar e resistir nas disputas ideológicas rotineiras, através de ações mesmo que minoritárias e entre elas o ensino de filosofia.

Projetos como a “escola sem partido”, a perseguição à suposta “ideologia de gênero”, a censura aos museus, exposições de arte, as investidas contra as liberdades de expressão, contra

filósofos, cientistas, militantes, ativistas políticos e movimentos sociais diversos não podem passar em branco nas aulas de filosofia. As minorias diversas que encontramos em luta hoje contra as estratégias totalizantes do Estado e do capitalismo, produzem e fazem a diferença quando a estratégia é fazer e reproduzir o mesmo. Na mesma medida, entendemos que o ensino de filosofia na perspectiva de uma educação menor, também, pode produzir multiplicidade de ideias, outros modos de pensar e agir, criar sub-versões da realidade que podem ter efeitos imprevisíveis de transformação e, assim, resistir mesmo que em níveis micropolíticos às investidas das sociedades de controle em que vivemos.

### Referências

ASPIS, Renata; GALLO, Sílvio. **Ensinar filosofia**: um livro para professores. São Paulo: Atta Mídia e EDUCAÇÃO, 2009.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Medida provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016**. Altera a Lei nº 9.394 que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: <<http://www.mec.gov.com.br>>. Acesso em: jun. de 2017.

CERLETTI, Alejandro. **O ensino de filosofia como problema filosófico**. Trad. Ingrid Muller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. (1992). **O que é a filosofia?** 3ª. ed. Tradução de Bento Prado Jr. E Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro: Editora 34, 2010. (Coleção TRANS).

\_\_\_\_\_. (1975). **Kafka**: por uma literatura menor. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

DELEUZE, Gilles. (1992). Post-Scriptum sobre as sociedades de controle. In: DELEUZE, Gilles. (1992) **Conversações (1972-1990)**. 3ª. ed. Trad. Peter Pål Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34, 2013.

GALLO, Sílvio. **Metodologia do ensino de filosofia**: Uma didática para o ensino médio. Campinas: Papyrus, 2012.

\_\_\_\_\_. (2003). **Deleuze & a Educação**. 3ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. (Pensadores & Educação)

KOHAN, Walter Omar. **Filosofia**: O paradoxo de ensinar e aprender. Trad. Ingrid Muller Xavier. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2009.